

REDE URBANA, NÍVEIS DE CENTRALIDADE E PRODUÇÃO INDUSTRIAL: perspectivas para um debate.

Tânia Maria Fresca
Departamento de Geociências
Universidade Estadual de Londrina/PR – Brasil
tania_geografia@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é efetuar uma discussão sobre outras perspectivas para os estudos de redes urbanas. Classicamente estes estudos são realizados a partir da Teoria das Localidades Centrais, de Walter Christaller, onde a oferta de bens e serviços é o elemento fundamental para o estabelecimento do nível de centralidade de uma cidade. No entanto, estamos sugerindo que se leve em conta o espraiamento da produção industrial que tem ocorrido desde os anos de 1990 no país, como um elemento para o entendimento das transformações na rede urbana e nos níveis de centralidade das cidades. Isto porque já é ponto comum na literatura geográfica que as cidades inserem-se de modo geral, em duas redes: uma que é das localidades centrais e outra, menos freqüente, que insere os núcleos em redes nacionais e globais, manifestando elementos econômicos e sociais bastante distintos. Nesse sentido, um dos caminhos para a inserção dos núcleos em redes diversas e diferenças em relação a centralidade pode ser melhor entendido através da produção industrial.

OS ESTUDOS DA REDE URBANA BRASILEIRA

A teoria das localidades centrais (CHRISTALLER, 1966), de modo geral, considera o papel dos centros urbanos de uma região na distribuição de bens e prestação de serviços, sendo denominados de localidades centrais. A centralidade dos núcleos deriva de seus papéis na distribuição de bens e oferta de serviços, sendo portanto, um dos múltiplos papéis que as cidades exercem o elemento para a análise. De acordo com a teoria, a demanda por bens e serviços traduz localizações diferenciadas de sua oferta, pois há produtos e serviços de consumo freqüente e pouco freqüente permitindo estabelecer os alcances espacial máximo e mínimo de cada produto. Desta diferenciação na oferta dos bens e serviços, emerge uma diferenciação entre as localidades centrais, que segundo a teoria, é uma diferenciação de caráter hierárquico. Assim, a hierarquia urbana se realizada de modo em que as localidades de mais baixo nível hierárquico distribuem e ofertam apenas bens e serviços de consumo muito freqüente, enquanto as de maior hierarquia, ofertam todos os anteriores e mais alguns para os quais torna-se o único ofertador para uma região ou país.

Esta teoria é fundamental porque foi base para a realização de importantes pesquisas no Brasil sobre a rede urbana e as regiões de influência das cidades. Os trabalhos realizados contaram com a contribuição de Corrêa (1982), que fez contribuições à mesma levando em conta as alterações no padrão de consumo; ao arranjo espacial da rede de centros; ao caráter temporário do seu funcionamento; a ausência de níveis intermediários de centros em uma rede de localidades centrais; à composição dos bens e serviços ofertados, dimensão da área de influência e volume da população servida pelos centros de mesmo nível hierárquico; e a existência de dois circuitos na rede, o inferior e o superior (CORRÊA, 1982).

A partir destes referenciais, importantes pesquisas foram realizadas para o Brasil: a primeira foi a Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas (IBGE, 1972); a segunda

foi as Regiões de Influência das cidades em 1987 (IBGE, 1987); a terceira foi em 1993 (IBGE, 2000) e a quarta de 2007 (IBGE, 2008).

A primeira das pesquisas tratou especificamente das regiões funcionais urbanas, a partir da qual pode-se entender alguns aspectos da dinâmica da rede nacional, mas a principal contribuição era dar elementos fundamentais ao planejamento governamental. Trabalho este que deu embasamento para a institucionalização das primeiras regiões metropolitanas no Brasil.

A segunda pesquisa, apoiada na Teoria das Localidades Centrais, considerou cinco níveis hierárquicos: metrópole, centro submetropolitano, capital regional, centro sub-regional, centro de zona e centros locais (denominados de municípios subordinados), levando-se em conta apenas a distribuição de bens e serviços.

O terceiro trabalho também teve por base as formulações de W. Christaller, mas com os acréscimos a esta feitos por Corrêa (1982), incorporando ainda discussões sobre redes geográficas e a questão dos fluxos, das interações espaciais. Tanto assim que utilizou-se uma diversidade muito maior de bens e serviços ofertados pelos núcleos urbanos, os de baixa, média a elevada complexidade, correlatos à ampliação da produção e consumo, buscando-se a compreensão dos fluxos. A partir deste quadro operacional, estabeleceu as interações espaciais e níveis de centralidade das cidades brasileiras com suas respectivas áreas de influência. Diante da diversidade das localidades centrais no Brasil, foram estabelecidos oito níveis de centralidade: máximo, correspondendo ao metropolitano; muito forte, correspondendo predominantemente ao submetropolitano; forte – predominantemente de capital regional; forte para médio – predominantemente centro sub-regional; médio – tendendo a centro sub-regional; médio para fraco – predominantemente de centro de zona; fraco – tendendo a centro de zona; e muito fraco – municípios subordinados.

O estudo mais recente das regiões de influência das cidades (IBGE, 2008) apresentou várias alterações na interpretação e uso de variáveis para o entendimento da rede urbana brasileira. O trabalho levou em consideração a introdução de novas tecnologias e as decorrentes alterações nas redes técnicas, não exclusivamente, imprimindo modificações no território. Nesse sentido, a organização em redes dos mais diferentes tipos, cujos nós são as cidades, foram muito ampliadas possibilitando a difusão de atividades e funções urbanas para os mais distintos núcleos urbanos facilitados pelas necessidades à sua instalação. A partir de tais referenciais, atualmente o sistema urbano deve ser entendido a partir do sistema de localidades centrais com seus fluxos materiais e suas correspondentes áreas de influência e um sistema reticular, “[...] de pontos inseridos em redes globais, mais dinâmicos economicamente” (IBGE, 2008).

Assim, na conformação da rede urbana, coexistem redes hierárquicas e redes não-hierárquicas. A gestão – pública e empresarial – mantém relações de controle e comando entre centros urbanos, propagando decisões, definindo relações e destinando investimentos. As cidades, contudo, mantêm também relações horizontais, de complementaridade, que podem ser definidas pela especialização produtiva, pela divisão funcional de atividades, e pela oferta diferencial de serviços (IBGE, 2008).

Utilizou-se para tanto uma série de variáveis que nos outros estudos não estavam presentes visando identificação dos centros de gestão do território, entendidos a partir de Corrêa (1995), como aquelas cidades onde se localiza uma grande diversidade de órgãos do Estado e sedes de empresas, a partir das quais são tomadas decisões que afetam direta ou indiretamente um dado espaço.

Para a definição dos centros da rede urbana brasileira, buscaram-se informações de subordinação administrativa no setor público federal, para definir a gestão federal, e de localização das sedes e filiais de empresas, para estabelecer a gestão empresarial. A oferta de distintos equipamentos e serviços capazes de dotar uma cidade de centralidade – informações de ligações aéreas, de deslocamentos para internações hospitalares, das áreas de cobertura das emissoras de televisão, da oferta de ensino superior, da diversidade de atividades comerciais e de serviços, da oferta de serviços bancários, e da presença de domínios de Internet – complementa a identificação dos centros de gestão do território (IBGE, 2008).

A partir de tais elementos e variáveis, estabeleceram os fluxos materiais e imateriais, identificados os centros de gestão e a definição das regiões de influência dos centros com base na rede de interação que conectam as cidades. Para tanto, estabeleceu-se uma outra hierarquia dos centros urbanos, muito mais complexa já que apresenta uma numerosa subdivisão. Assim, as metrópoles foram subdivididas em grande metrópole nacional, metrópole nacional e metrópole; as capitais regionais subdivididas em: capitais regionais A, B, e C; os centros subregionais subdivididos em A e B; enquanto os centros de zona em A e B e por fim os centros locais que envolvem 4 473 cidades, onde a centralidade é exercida predominantemente em seus limites municipais e caracterizados por terem população inferior a 10 mil habitantes.

Da hierarquia estabelecida emerge uma série de elementos a ser discutidos e questionados, pois levou-se em conta elementos da gestão do território articulado às funções e atividades ligadas ao Estado e sedes de empresas. E aí encontra-se, por exemplo cidades onde o número de sede de empresas é a bastante expressivo, mas foram consideradas como capitais regionais B. Londrina – PR, apresenta 9 sedes de grandes empresas, maior que Belém, Florianópolis, Cuiabá, Natal; apresenta ainda centralidade expressiva em relação ao ensino de pós-graduação, de redes de televisão, dentre outras, mas foi considerada Capital Regional B. Isso nos leva a questionar o fato de ter pesado sobremaneira no estabelecimento da hierarquia a questão da posição ocupada pelas cidades no que diz respeito a serem sedes de capital estaduais.

Com tudo, novas pesquisas necessitam ser realizadas no sentido de comparar cidades com o mesmo nível hierárquico para ter-se mais clareza do papel desempenhado pelos núcleos urbanos, inseridos em distintas regiões brasileiras. Mas o trabalho continua a ser de fundamental importância para a compreensão da rede urbana brasileira, e atender demandas do planejamento estatal brasileiro.

Os trabalhos avançaram muito na discussão da oferta de bens e serviços pelos núcleos urbanos, incorporando novos referenciais teóricos às análises, permitindo que os estudos sobre redes urbanas pudessem ser realizados de modo mais aprofundado, já que os diferentes níveis de centralidade davam indicativos da inserção de uma cidade na rede urbana e sua área de influência. Desta forma, as pesquisas realizadas pelo IBGE puderam ao longo do tempo “[...] subsidiar o planejamento estatal e as decisões quanto à localização das atividades econômicas de produção, consumo privado e coletivo, bem como prover ferramentas para o conhecimento das relações sociais vigentes e dos padrões espaciais que delas emergem” (IBGE, 2008).

Contudo a rede urbana brasileira está em constante processo de transformação já que uma das dimensões da organização espacial e como tal, a cada movimento geral na sociedade brasileira, também a rede urbana é alterada para dar conta das realizações do geral. A rede urbana brasileira pode ser caracterizada desde o pós Segunda Guerra Mundial por uma crescente criação e recriação, vinculada a intensificação dos processos

de produção, circulação e consumo. Na medida em que processos gerais foram incidindo na rede, emergiu uma heterogeneidade que antes não estava presente e onde o que mais se ressalta é a continuidade da diferenciação e redefinição dos lugares.

Levando-se em consideração a inserção da rede na divisão territorial do trabalho, quatro pontos são fundamentais para o entendimento das transformações na reinserção das cidades: a) a forma mediante a qual a mesma foi inserida na modernização da agricultura brasileira; b) a dinâmica populacional; c) a produção propriamente dita, principalmente a industrial; d) a densidade da circulação, enquanto etapa necessária entre produção, distribuição e consumo, mediante eficientes sistemas de transporte, comunicação e informação.

Uma crescente complexidade funcional dos centros urbanos traduz-se agora em enormes diferenciações entre as cidades, com emergência de cidades especializadas – tanto em produção industrial como em serviços; na transformação de núcleos em reservatórios de força de trabalho rural; em cidades que colocaram-se como reguladoras e controladoras de parte da produção agrícola, em metrópoles, em cidades que gradativamente ganharam novas funções vinculadas ao comércio e serviços. Outros centros perderam parte de suas funções e potencialidades funcionais latentes emergiram ou foram criadas. (CORRÊA, 1997).

O entendimento da rede tornou-se cada vez “[...] mais diferenciada, cada vez mais complexificada, cada cidade e seu campo respondem por relações específicas, próprias as condições novas da realização da vida econômico-social [...] Hoje, cada cidade é diferente da outra, não importa seu tamanho” (SANTOS, 1996, p. 53).

Quanto mais se ampliam as diferenças funcionais entre os centros, um dos aspectos desta complexidade é o fato de cada cidade situar-se em pelo menos duas redes. Uma destas redes é aquela das localidades centrais, e a segunda rede de inserção dos centros é menos sistemática e irregular porque envolve inúmeras relações de integração interna e externa e ao mesmo tempo manifesta novos padrões de desigualdade vinculada aos processos sociais (CORRÊA, 1997a).

De posse destas considerações, dar-se-á a partir daqui destaque a questão da produção industrial como caminho para a análise de como esta tem papel na alteração da centralidade das cidades e como uma perspectiva de ampliar os estudos sobre redes urbanas.

A PRODUÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA: EXPANSÃO E DISPERSÃO APÓS ANOS 1990.

Até os anos de 1970, o processo de industrialização brasileiro veio sendo realizado ciclicamente setor após setor, até completar-se o edifício industrial brasileiro com a presença de todos os setores produtivos. A partir de então, a participação do Brasil na divisão internacional do trabalho continuou combinando os ciclos longos de desenvolvimento do capitalismo mais os ciclos endógenos da economia brasileira, criaram condições adversas para a continuidade do processo de desenvolvimento industrial. Isso ocorreu de modo mais contundente a partir das crises do petróleo iniciada em 1973, e ao longo dos anos de 1980 adentrou-se em uma etapa recessiva, ao ponto desta década ser adjectivada de década perdida como recurso de linguagem a expressar baixíssimas taxas de crescimento; o não rompimento de nós de estrangulamentos; ao fato do Estado não implantar medidas e políticas que permitissem investimentos em outro patamar quantitativo e em setores de atividades estrangulados.

Posto de outra maneira, na década de 1980, foram implantadas políticas e medidas econômicas adotadas pelo governo federal, que na busca de controlar a inflação e

encontrar caminhos para a retomada do crescimento nacional adotou planos econômicos contracionistas que não resultaram em rompimento dos nós de estrangulamento (RANGEL, 1986). Acrescenta-se ainda que nesta década os países centrais, em especial os EUA, buscavam soluções diversas para a crise de sua economia inaugurada a partir da crise do petróleo e uma delas foi a forçosa cobrança dos juros da dívida externa brasileira, ao ponto do então presidente José Sarney (1986) ter decretado, por tempo curto, a moratória. Não devemos esquecer a forte influência das políticas do governo Margareth Thatcher e de Reagan que acabaram impondo duas idéias forças (MAMIGONIAN, 2001): a globalização e o neoliberalismo. Estes elementos gerais acabaram por afetar a economia brasileira que viu seus índices de crescimento muito rebaixados comparativos àqueles dos anos de 1970. No entanto, o setor industrial apresentou relativa expansão entre 1985-1990 (BRASIL, 1985-1990) muito vinculado aos efeitos dos diversos planos econômicos (Verão, Bresser, Cruzado, etc.) no que tange ao congelamento e tabelamento dos preços, salários com reajustes pré-fixados compatíveis aos índices oficiais da inflação, permitindo aumento do consumo de bens de consumo não duráveis e alguns itens dos bens duráveis. Não deixa de ser importante ressaltar que ao longo da segunda metade da década de 1980, diante do quadro econômico geral, um dos setores que apresentou forte crescimento, foi a construção civil com correlata expansão nos gêneros industriais fornecedores de matérias primas. Como nos ensinava Rangel (1986), em tempos de forte inflação o consumidor procura de modo geral, investimentos seguros como são os casos dos imóveis.

A partir dos anos 1990 com a ascensão de Collor ao poder, adentramos numa etapa de profundas mudanças econômicas, impostas inicialmente por medidas de seu plano econômico com vistas a reduzir a inflação e permitir nova etapa de crescimento. Contudo, já está bastante explicado os efeitos das ações de Collor, mas com destaque para o confisco de poupança, abertura do mercado interno aos produtos estrangeiro, e o início do processo de privatização das estatais. Neste processo neoliberal como imposição de interesses estrangeiros, o setor industrial de capital nacional foi rapidamente afetado negativamente, haja vista que parcela dos ramos industriais não estavam preparados para a concorrência com os produtos estrangeiros que apresentavam menores custos produtivos e maior incorporação de inovações. Aqui nos referimos ao fato de que, como o mercado interno estava protegido, diversos ramos industriais não haviam realizado os necessários investimentos em suas reestruturações produtivas, incluindo-se aí, incorporação de inovações, aumento de produtividade, investimento em máquinas e equipamentos, adotando elementos ou a totalidade do toyotismo, dentre outros. Mas este foi um processo apenas iniciado por Collor, que depois do *impeachment*, o governo de Itamar Franco conseguiu, até certo ponto, amenizar a forte crise nacional. Foi a partir de 1994, com a implantação do Plano Real pelo então ministro Fernando Henrique Cardoso – FHC- que teve inicialmente o controle forçoso da inflação. Mas a ascensão de FHC ao poder por duas legislaturas (1995-2002) resultou num dos momentos mais críticos para o setor industrial nacional, pois o mesmo levou à cabo quase todas as imposições do neoliberalismo e da globalização. Deu seqüência à privatização das estatais, especialmente aquelas que estavam com capacidade ociosa, isto é, empresas que poderiam ampliar produção propriamente dita ou ainda transferirem parte de seus ganhos na forma de investimentos em outros setores de atividades (RANGEL, 1986), e para o qual houve inclusive financiamento do BNDES, para a aquisição das empresas, em grande parte pelo capital estrangeiro. O próprio BNDES (www.bndes.gov.br/conhecimento/publicações) mostrou a evolução da venda das estatais deixando claro o processo de desnacionalização da indústria brasileira. Isto porque, aquelas que não foram compradas passaram por processos de

fusões e perda do controle acionário, incluso aí empresas privadas nacionais. Foi no governo FHC que também houve facilidades para a grande entrada dos bancos estrangeiros adquirindo bancos estatais e outros privados, mas isso não significou nossa entrada no verdadeiro capitalismo financeiro, onde bancos são agentes fundamentais de financiamento à produção. Muito pelo contrário, a elevação das taxas de juros já garantiam à esses bancos os vultosos lucros. As modificações nas taxas e câmbio (flutuante), a desregulamentação das leis trabalhistas, dentre outros afetaram negativamente a evolução da dinâmica de desenvolvimento econômico-social brasileiro. Inclui-se neste processo, a acentuação da guerra fiscal, um processo por demais pernicioso, onde parcela dos governos estaduais de um modo geral, passaram a conceder todos os incentivos possíveis na luta por atrair plantas industriais para seus Estados, não importando se novas ou aquelas oriundas de transferências industriais, se nacionais ou de capital estrangeiro.

A ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) também não provocou grandes alterações na implantação de medidas e políticas com vistas ao desenvolvimento nacional. Envoltos em crises e escândalos políticos, deu continuidade à política neoliberal. Exceção deve ser feita ao projeto das Parcerias-Público-Privadas – PPP, que aprovado em dezembro de 2005, ainda não foi regulamentado, o que poderia ter criado algumas condições para que se principiassem investimentos em infra-estrutura. O lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – no início de 2007, que na realidade é um programa de fortes investimentos em áreas como a infraestrutura, mas não está no ritmo necessário; além dos problemas ambientais; das disputas entre empresas de capital nacional e internacional para assumir o controle dos projetos, dentre outros. O segundo mandato continua com os mesmos problemas: não rompimento dos estrangulamentos e por enquanto, baixíssimo nível de investimentos, elevada taxa de juros, etc.

Nesse contexto inúmeras questões podem ser levantadas, mas nos interessa inicialmente entender como as medidas e políticas macroeconômicas afetaram a rede urbana do ponto de vista industrial. O entendimento deste processo, está ligado inicialmente à crise dos anos de 1980 e 1990 que impôs a busca de alternativas e soluções por parte das empresas que permaneceram no mercado. Uma delas foi a desconcentração industrial (AZZONI, 1985; LENCIONE, 1994; DINIZ, 1995; PACHECO, 1999), isto é, a transferência das plantas industriais para outros estados que garantissem custos produtivos mais baixos – terra, salários, isenções fiscais, dentre outros – e acesso facilitado à infraestrutura, serviços diversos e mercado consumidor. Contudo, há diferentes interpretações a respeito deste processo pelos autores referidos em relação à denominada desconcentração industrial. De um modo geral, Cano (1997) identifica o período de 1970-1985 como sendo o primeiro em que ocorreu um processo de desconcentração no estado de São Paulo. Evidenciou que no período considerado, a metrópole paulista havia perdido participação relativa, em termos industriais, acrescido o fato de que no interior do estado de São Paulo os investimentos em infraestrutura permitiram que setores da indústria de transformação pudessem optar por outra localização. Outras unidades da federação ganharam maior expressividade em termos de presença de unidades industriais como Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, entre outros (CANO, 1997).

Azzoni (1985) por sua vez, utilizando conceitos de polarização e economias de aglomeração, entende que o desenvolvimento industrial ocorrido no estado de São Paulo, foi em um raio de 150 quilômetros em torno da capital, guardando esta dependência em relação à metrópole. Entende que não ocorreu reversão da polarização, e que o fenômeno observado estaria próximo de “[...] um espraiamento da indústria

dentro da área mais industrializada do país, em um processo do tipo ‘desconcentração concentrada’” (AZZONI, 1985, p. 221).

Esse processo não foi encerrado, tendo seqüência após 1985, mas com diferenças importantes a partir dos anos de 1990, mediante impactos das medidas adotadas pelo então presidente Fernando Collor de Melo. Uma das repercussões mais imediata para diversos setores industriais nacional foi a desconcentração industrial ou transferência das unidades produtivas - de suas anteriores localizações em áreas metropolitanas - para outros estados/cidades que apresentassem fatores locais qualitativos como forma de enfrentamento da concorrência com produtos similares importados. Neste sentido, Lencione (1994, p. 54-57) afirma que nos anos de 1990 uma característica importante foi a dispersão industrial, mas que não significou a descentralização, isto é, a decisão e controle do processo de valorização do capital continuaram concentrados social e espacialmente, especialmente na metrópole paulista. Ao longo de toda a década de 1990, verificou-se um expressivo processo de alteração na localização industrial no território brasileiro mediante transferência das unidades produtivas. Importa referir que tais transferências ocorreram para cidades de diferentes tamanhos, inclusive pequenas.

Além da transferência industrial ou desconcentração – que não é resultante apenas da reestruturação produtiva como se tem colocado – ocorreu expansão da produção industrial de origem local/regional nas mais distintas áreas e regiões do país. Este é um ponto fundamental na presente análise. Havia e há uma capacidade de investimento e produção nos mais distintos lugares, mas que podem ou não ser realizadas. Isso se liga à capacidade de agentes locais, sejam eles representantes da elite ou não, em perceber e capturar processos gerais que permitam a realização de uma dada produção no lugar. Claro que este processo é contingencial. E é neste percurso que pode se entender a força da pequena produção mercantil presente na formação sócioespacial brasileira. Isto é, a capacidade em termos técnicos, de buscar alternativas de investimentos, de perceber no sentido mais claro do termo, de implantar atividades produtivas que se tornaram inclusive competitivas com aquela similar que havia e há na região metropolitana de São Paulo. Este é um ponto importante da análise, pois caso contrário, não se entenderá que a expansão da produção industrial nas outras Regiões brasileiras é apenas resultante da desconcentração industrial oriunda do Sudeste. Se esta Região está perdendo posição relativa e absoluta para trabalhadores e estabelecimentos industriais, especialmente o estado de São Paulo, enquanto a Região Sul mais ganhou entre as duas datas consideradas, não é possível considerar que isto foi resultante apenas das transferências industriais.

REDE URBA E PRODUÇÃO INDUSTRIAL: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS

O quadro um demonstra a modificação em termos relativos da distribuição de estabelecimentos e trabalhadores para as grandes regiões brasileiras, denotando que à exceção do Sudeste, todas as demais apresentaram expansão absoluta e relativa. Isso não pode significar que foi resultante apenas da desconcentração da produção, pois implicaria em empobrecer a análise da formação social brasileira e das inúmeras perspectivas do nosso desenvolvimento social. Esta mudança de participação impõe entender os caminhos através dos quais ocorreu o aumento da produção industrial (embora em taxas muito aquém do que poderia) em outras Regiões e estados da federação.

O estado do Paraná teve papel relevante neste processo que estamos discutindo, pois teve importantes transferências industriais bem como expansão da produção industrial de origem local.

Quadro 1: Número de Trabalhadores e Estabelecimentos na Indústria de Transformação em 1985 e 2006 das Regiões Brasileiras.

Região	1985		1985		2006		2006	
	N. Estab.		N. Trab.		N. Estab.		N. Trab.	
	Absolutos	%	Absolutos	%	Absolutos	%	Absolutos	%
Norte	2.774	1,95	113.838	2,18	8.270	2,85	243.217	3,64
Nordeste	11.912	8,41	525.255	10,07	34.397	11,87	823.309	12,78
Centro-Oeste	5.987	4,22	87.478	1,67	18.343	6,33	310.567	4,82
Sudeste	87.473	61,79	3.463.047	66,42	142.834	49,31	3.407.763	52,90
Sul	5.987	23,59	1.024.177	19,64	85.785	29,61	1.664.413	25,84
Total	141.548	100	5.213.804	100	289.629	100	6.440.999	100

Fonte: Brasil, 1985 e 2006.

Para Londrina, Cambé e Ibiporã, cidades integrantes da região metropolitana de Londrina, vieram transferidas empresas como Atlas Schindler com elevadores e escadas rolantes; Dixie Toga com embalagens plásticas; Hussmann/Thermo King com equipamentos de refrigeração; Itap Bemis com embalagens flexíveis; Eletroman com peças elétricas; JK Metalúrgica com base de plataforma para a Atlas; Prolind com itens de cabine par a Atlas; Basemetal com cabine para caixa eletrônico, abrigo para ônibus; Trialtec com anel de vedação, válvula pump; Multi Fix com parafusos e afins; Ingersoll-Rand com compressores de ar industrial; Eliane com revestimentos cerâmicos; Plásticos Novel com embalagens plásticas – garrafas; Eixo Forte com caçambas; Madereira Ibiporã com móveis de madeira; Wyny como curtume; Bunge com fertilizantes agrícolas; Pado com cadeados e fechaduras; Inquima com defensivos agrícolas; Wittur como fornecedora da Atlas de peças mecânicas; Hexal/Sandoz com medicamentos farmacêuticos; Tecnorevest com produtos químicos; Amcor Flexibles com embalagens, dentre outras tantas.

Isto para termos em conta a diversidade de processos de expansão da produção industrial no Paraná nos últimos anos e que traz impactos os mais diversos nas cidades onde se implantam, alterando os papéis e permitindo outras reinserções das cidades na rede urbana estadual. (FRESCA, 2004). Mas há que se referir à processos pouco explicitados de investimentos anteriores aos anos de 1990, oriundos da expansão de capitais nacionais, sejam na mesma atividade ou em outras atividades produtivas como é o caso do setor de papel e celulose, avícola, dentre outros.

Do ponto de vista da emersão e expansão de produções industriais de origem local, os processos são muito mais amplos. De um modo geral, ao longo dos anos 1970 e especialmente nos anos 1980, em meio as crises econômicas e desestruturação de uma dada produção, agentes sociais oriundos da pequena produção mercantil rural e urbana, criaram atividade industriais como alternativa de investimentos de seus recursos –sejam salários de atividades urbanas, renda fundiária de pequenos estabelecimentos rurais, lucros de pequenas atividades comerciais ou prestadoras de serviços. Processo esse que pode ser entendido a partir da noção de contingência, entendida como a seleção de uma das múltiplas necessidades de realização de processos gerais, levando-se em conta as heranças do passado, e o envolvimento de agentes externos e internos ao lugar. Neste encaminhamento há que ser referida a percepção e ação de agentes locais em valorizar e dar maior importância a estes lugares, tornando-se capazes de dar rumos diferentes às cidades.

Neste contexto é que podemos entender a criação e expansão industrial em Loanda, localizada no extremo noroeste do Paraná, como cidade dos metais sanitários, colocando-se como a produtora de cerca de 700 mil peças/mês, o que significa cerca de 15% da produção nacional, só perdendo para Deca e Docol com 25% cada; gera 1200 empregos diretos na cidade que tinha uma população urbana de cerca de 16 mil habitantes, conforme nossos levantamentos de campo.

Igualmente a cidade de Jaguapitã, localizada ao norte de Londrina, como cidade das mesas para bilhar, colocando-a como núcleo urbano nacional com maior número de estabelecimentos (46), controlando cerca de 30% da produção nacional, ofertando 510 empregos formais diretos para uma população de 8.707 habitantes urbanos (VEIGA, 2007).

Apucarana como a capital nacional do boné, produzindo cerca de 70% da produção nacional por intermédio de cerca de 320 estabelecimentos e aproximadamente 5 mil trabalhadores (VIETRO, 2006).

Arapongas como a capital moveleira do Sul do país, ou o quarto pólo moveleiro nacional, gerando cerca de 7 mil empregos em 150 estabelecimentos, cuja produção destina-se prioritariamente ao mercado interno, voltados para uma população com baixo poder aquisitivo.

Cianorte por sua vez, tornou-se a capital do vestuário, concentrando cerca de 380 estabelecimentos e gerando 3.200 empregos no setor. Uma produção diversificada que inclui além das grifes próprias criadas pelos empresários para distintos segmentos – moda praia, modinha, jeans, etc- que por vezes alcançam mercado expressivo com o é o caso da Pura Mania, tem-se ainda as facções ou terceirização de mão-de-obra para grifes como Pierre Cardin, Zoomp, Fórum, Ellus, etc. (FRESCA, 2004 a).

Telêmaco Borba tornou-se a cidade do papel e celulose mediante presença da Klabin que está atualmente em processo de forte expansão da produção com a implantação de outra unidade produtiva; Terra Roxa tornou-se a referência da moda bebê; Paranavaí e Cianorte também são os locais de agroindústrias da mandioca; Campo Mourão reconhecidamente uma cidade de forte produção agroindustrial gerando cerca de 4 mil empregos via Coamo e suas coligadas, mas é o lugar onde amplia-se a produção de equipamentos odontológicos e hospitalares; Toledo outra cidade onde a produção agroindustrial avícola (Sadia/Frigobrás) é referência nacional gerando cerca de 8 mil empregos e onde a produção de equipamentos para aviários tem sido expandida, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a distribuição de bens e serviços pelas cidades de uma rede permite a análise de sua centralidade, incluso aí área de influência, predomínio de atividades, etc, a produção industrial permite que entender outras dimensões de análise de uma rede complexa e diversificada como é o caso da brasileira.

No entanto é necessário que se indague a respeito de como articular essas duas dimensões de análise de uma rede: a industrial e a de distribuição de bens e serviços.

É preciso entender como a produção industrial pode ser elemento para a compreensão da reinserção dos núcleos na rede urbana e como estas ocorrem, comparando-se duas ou mais cidades similares ou diferentes em termos de centralidade e produção industrial.

Esses percursos e análises poderão indicar caminhos diferenciados para a expansão da produção industrial; as diferentes estratégias adotadas pelos agentes sociais locais em implantar e expandir a produção; pode permitir entendimentos de certos conflitos estabelecidos entre produções realizados em cidades pequenas e médias com aquelas iguais realizadas em regiões metropolitanas. São caminhos para melhor compreensão e

entendimento da rede urbana nacional. A reinserção de núcleos em redes urbanas tem sido realizada de modo bastante complexo já que articulada ao contínuo processo de mudanças na organização espacial, emanadas do movimento geral da sociedade. Se até pouco tempo atrás dificilmente falar-se-ia sobre especialização produtiva industrial, produção industrial em pequenas cidades, mais recentemente tem-se verificado uma profusão de situações indicativas de uma cada vez maior diferenciação entre as cidades de mesmo nível hierárquico. A especialização produtiva discutida refere-se ao fato de uma pequena cidade congregar um número importante de indústrias que acabaram por tornarem-se responsáveis pelo controle de importante parcela do mercado nacional de alguns produtos, envolvendo uma diversidade de itens; significativa parcela da força de trabalho urbana. Tem-se dois aspectos fundamentais desta especialização: a produção propriamente dita e a mão-de-obra envolvida, garantindo a certos núcleos urbanos, condição de ser neste momento, um centro especializado em uma dada produção. Assume relevância o fato de que isto é bastante visível em cidades de menor porte, onde inúmeros aspectos são empiricamente observáveis, diferente do que ocorre em grandes cidades e metrópoles que por mais que detenham o controle majoritário de certas produções não apresentam a mesma visibilidade. Caminhos que permitem a cidades de diferentes níveis de centralidade, serem atrativas para uma mão-de-obra de cidades adjacente localizadas e implantação de unidades produtivas, atrativos municipais, barateamento do preço da força-de-trabalho, infra-estrutura, dentre outros fatores locais. Da mesma forma, produções industriais emergiram em outros núcleos ocupando lacunas de consumo entreabertas por grandes empresas que dominavam o mercado, inclusive tornando-se competitiva com aquela similar dominada pelo grande produtor.

Esta expansão produtiva industrial está correlacionada em parte à capacidade de parcela de agentes locais em conseguirem selecionar uma das possibilidades dadas pelos processos gerais, de serem realizados no lugar, que em razão de suas capacitações diversas, percebem e realizam um dos processos universais no lugar. Evidente que a realização de uma produção industrial articula-se ao contexto nacional/regional de medidas e políticas econômicas que possibilitem ou não a efetivação das mesmas. Os impactos de políticas macroeconômicas brasileiras como elevação de taxas de juros, taxas de inflação, abertura de mercado consumidor interno para produtos importados, valorização do real frente ao dólar, taxa cambial, dentre outras tantas, podem criar impactos positivos ou negativos para a emergência ou expansão de uma dada produção industrial.

Neste sentido, os intensos processos de desconcentração da produção industrial ocorrido a partir dos anos de 1990 como uma possibilidade das indústrias enfrentarem as dificuldades impostas pelas macropolíticas e medidas nacionais, também provocaram mudanças para muitas cidades brasileiras, inclusive nas pequenas. São vários os pequenos núcleos urbanos que receberam transferências de plantas industriais e criaram forte tendência à especialização produtiva industrial.

Com isto chama-se a atenção para discutir-se com mais vagar as diferentes formas de realização da produção industrial brasileira, especialmente para cidades não metropolitanas e grandes. Sugere-se assim analisar os caminhos da emergência da produção industrial em cidades que não as metropolitanas, procurando-se atentar se a mesma é local/regional ou fruto de investimentos externos. Da mesma forma, discutir-se o sentido que assume a produção industrial nestas cidades, sejam elas especializadas ou não, em termos de renda gerada pelo salário da força de trabalho, de tributos aos cofres municipais, dentre outros. Com isto pode-se ter melhores possibilidades de entendimento da oferta de bens e serviços que uma localidade exerce. Trata-se de um

conjunto de elementos de ordem econômica, social, política que geraram as condições de perda absoluta de centralidade.

Que se realizem pesquisas procurando comparar redes urbanas regionais que foram dinamizadas recentemente pela produção industrial com aquelas que não o foram, procurando diferenças e similaridades entre as reinserções dos núcleos urbanos.

REFERÊNCIAS

- AZZONI, C. R. *Indústria e reversão da polarização no Brasil*. 111985. 232 p. Tese (Livre Docência em Economia) – USP, São Paulo.
- BNDES. *A privatização no Brasil: 1990-1994/ 1995-2002*. Estudos Especiais. Disponível em: www.bndes.gov.br/conhecimento/publicações. Acesso em jul. 2008.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação anual de informações sociais*. Brasília: MTE, 1985-2006.
- CHRISTALLER, W. *Central places in Southern Germany*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1966. 230 p.
- CANO, W. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. *Economia e Sociedade*, Campinas, n.8, p. 101-141, 1997.
- CORRÊA, R. L. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 57, n. 1, p. 83-102, jan./mar. 1995.
- CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. ; GOMES, P. C. ; CORRÊA, R. L. (Org). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997a.
- CORRÊA, R. L. Repensando a teoria dos lugares centrais. In: SANTOS, M. *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- CORRÊA, R. L. Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CORRÊA, R. L. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.
- DINIZ, C. C. *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Brasília: IPEA, 1995. (Textos para discussão n. 375)
- FRESCA, T. M., R. L. *A rede urbana do Norte do Paraná*. Londrina: Eduel, 2004 a.
- FRESCA, T. M. Industrialização no norte do Paraná na década de 1990: transferências industriais e estratégias de crescimento. *Ciência Geográfica*. Bauru, v.10, n.3, set./dez. 2004.
- IBGE. Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas. Rio de Janeiro: IBGE, 1972. 110 p.
- IBGE. Regiões de influência das cidades 1993. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 230 p.
- IBGE. Regiões de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- IBGE. Regiões de influência das cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. 212 p.
- LENCIONE, S. Reestruturação urbano-industrial no estado de São Paulo: a metrópole desconcentrada. *Espaço & Debates*. São Paulo, n. 38, 1994.
- MAMIGONIAN, A.. Neoliberalismo X projeto nacional do mundo e do Brasil. *Revista Paranaense de Geografia*, Curitiba, n. 6, p. 15-23, 2001.
- PACHECO, C. A. *Novos padrões de localização industrial?* Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial. Texto para discussão n. 633. Brasília: IPEA, 1999.
- RANGEL, I. *Economia: milagre e anti-milagre*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1986.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo:Hucitec, 1996.

VEIGA, L. A. *Jaguapitã - PR: pequena cidade da rede urbana norte-paranaense especializada na produção industrial de mesas para bilhar*. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – UEL, Londrina.

VIETRO, A. de F. *O processo de industrialização de Apucarana: a capital nacional do boné*. 2006. Monografia (Bacharelado em Geografia) – UEL, Londrina.